



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

DANIELE
NUNES
LOPES
22/08/2025 11:12

versão março/2023

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. OBJETO A SER CONTRATADO¹

Docentes para atuarem no PRES_AULA ABERTA LINGUAGEM CLARA: O DIREITO DE ENTENDER (PARCERIA TRT4 + TJ-RS):

- Juiz André Luís de Aguiar Tesheiner - TJRS;
- Juíza Ana Cláudia Cachapuz Raabe - TJRS;
- Servidora Amanda Milhão Soares - TJRS.

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Unidade/Setor:	Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo
Responsável:	Alexandre Goettems Zoratto

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO²

A comunicação no Poder Judiciário ainda apresenta barreiras que dificultam a compreensão por parte da população, como excesso de formalismo, uso de termos técnicos desnecessários e construções sintáticas complexas. Essas práticas comprometem a transparência, a efetividade da prestação jurisdicional e a confiança social nas instituições. A adoção da Linguagem Simples contribui para a redução dessas barreiras, tornando as decisões e atos processuais mais claros, objetivos e acessíveis, sem perda de rigor técnico.

No contexto do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e da Meta 9 do CNJ – desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos de Laboratórios de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade –, esta ação conjunta entre o TRT4 e o TJRS visa promover a mudança cultural e prática na redação de textos judiciais e administrativos. O curso busca sensibilizar magistrados, servidores e demais operadores do Direito sobre a importância de adaptar a comunicação ao público-alvo, fortalecendo o acesso à Justiça e alinhando-se aos ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) da Agenda 2030.

¹ Este campo deve conter a descrição de forma resumida do objeto a ser contratado.

² A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade da contratação, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Para tanto, propõe-se a contratação dos docentes André Luís de Aguiar Tesheiner, Ana Cláudia Cachapuz Raabe e Amanda Milhão Soares. O curso visa capacitar os participantes para aplicarem técnicas de Linguagem Simples, promovendo maior eficiência, compreensão e transparência na atuação administrativa e jurisdicional.

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA³

- Uma turma com 2 horas-aula, atendendo o plano de curso.

5. PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER ENTREGUE O BEM OU INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 09/09/2025, das 10h às 12h; Motivo: Cronograma do evento.

() Não se aplica

6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO⁴

A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do Tribunal?

(x) Sim – Qual?

- () Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
- () Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
- () Garantir a duração razoável do processo
- () Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados
- () Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
- () Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
- (x) Fortalecer a governança e a gestão estratégica
- () Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- () Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
- () Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

() Não

RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Daniele Nunes Lopes

Analista Judiciária
Escola Judicial

³ Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

⁴ A consulta detalhada aos objetivos estratégicos pode ser realizada no Plano Estratégico Institucional 2021-2026, disponível no site do Tribunal ([Planejamento Estratégico](#)).